



DECRETO Nº 141, DE 07 DE AGOSTO DE 2023

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ÓRGÃO/SECRETARIA: Secretaria Municipal de Saúde / Complexo Hospitalar de Brumadinho/MG

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO: Elizabete Marques Da Silva Martins

INTRODUÇÃO

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão de base para compor o Termo de Referência.

Apresenta um estudo técnico preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento, para fins de melhor atender às necessidades da Secretaria de Saúde, no que concerne a adequada higienização de reservatórios de água potável, nos termos da legislação.

1. BEM/SERVIÇO A SER CONTRATADO/ADQUIRIDO

Prestação de serviços especializados de limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água (superior) alocadas no Complexo Hospitalar de Brumadinho/MG, com registro de operação através da emissão de relatório técnico.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Os reservatórios de água potável constituem ambientes intrinsecamente propícios à proliferação de microrganismos, incluindo bactérias, vírus e demais agentes patogênicos. A manutenção periódica, mediante higienização e desinfecção técnica, revela-se medida imprescindível para prevenir a contaminação da água, mitigando o risco de doenças graves, tais como gastroenterites e infecções intestinais, que comprometem significativamente a saúde de pacientes, servidores e visitantes, notadamente aqueles imunodeprimidos, característicos do ambiente hospitalar. Com o decurso do tempo, detritos, lodo e demais impurezas sedimentam-se nas superfícies internas e no fundo dos reservatórios, comprometendo a potabilidade da água, alterando suas características sensoriais e tornando-a imprópria para consumo humano. A permanência desses resíduos pode ainda acelerar processos de corrosão, comprometendo a integridade estrutural dos reservatórios, ensejando



riscos de vazamentos, necessidade de reparos corretivos ou substituição de componentes, com ônus financeiro significativo à Administração Pública.

A manutenção preventiva mediante limpeza periódica apresenta-se, portanto, como medida técnica e economicamente mais eficiente, prevenindo intervenções corretivas mais onerosas e assegurando a qualidade da água distribuída. A presença de cloro residual na água potável constitui medida complementar de segurança, prevenindo contaminações posteriores à desinfecção inicial e mitigando a proliferação de algas, fungos e bactérias, garantindo a manutenção da qualidade da água ao longo de toda a sua distribuição.

No contexto hospitalar, a água potável desempenha papel crítico em diversas atividades, tais como a higienização de utensílios, o preparo de refeições destinadas a pacientes e servidores, a produção de marmitas para outras unidades de saúde e a utilização direta em procedimentos assistenciais. Nesse sentido, a água constitui insumo estratégico, cuja qualidade inadequada representa risco direto à saúde pública, impondo controle rigoroso e manutenção técnica periódica.

Salienta-se que a obrigatoriedade da limpeza em tela encontra respaldo normativo em diversas regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Saúde, que impõem aos serviços de saúde a manutenção da qualidade da água de consumo humano, a saber:

RDC nº 63/2011 (ANVISA/MS) – que define requisitos de boas práticas para serviços de saúde, incluindo a manutenção da potabilidade da água e a higienização semestral dos reservatórios:

Art 39: § 1º O serviço de saúde deve garantir a limpeza dos reservatórios de água a cada seis meses.

RDC nº 11/2014 (ANVISA/MS) – que trata das boas práticas de funcionamento para serviços de diálise, estabelece, no procedimento de manutenção do STDAH, a obrigatoriedade da limpeza do reservatório de água potável com frequência semestral.

No âmbito do Complexo Hospitalar, é realizado o preparo de refeições destinadas a pacientes e servidores plantonistas, bem como, a produção de marmitas distribuídas a outras unidades de saúde, como o CAPS. A água, nesse contexto, configura elemento basilar para o



adequado funcionamento dos serviços, porquanto participa de todas as etapas do processo, desde a higienização de gêneros alimentícios, preparo das refeições, higienização de utensílios, até sua utilização direta em procedimentos assistenciais de saúde. É portanto, um insumo crítico, cuja qualidade, se não devidamente controlada, pode tornar-se fonte de contaminação em todas as fases do processo, expondo servidores e usuários a sérios riscos sanitários.

Nos termos da Resolução RDC nº 216/2004 da ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, dispõe ser obrigatória a utilização exclusiva de água potável na manipulação de alimentos, devendo os reservatórios manter-se em adequado estado de conservação e higiene, livres de rachaduras, infiltrações, vazamentos ou descascamentos, devidamente tampados e submetidos à higienização periódica, em intervalo máximo de seis meses, com a devida manutenção de registros formais.

Ademais, a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde estabelece procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano, definindo o padrão de potabilidade e exigindo que a água esteja livre de substâncias que lhe confirmam odor e/ou sabor, além de compatível com parâmetros microbiológicos e a Portaria MS nº 888/2021, que estabelece padrões de potabilidade da água destinada ao consumo humano.

A higienização deve ocorrer semestralmente, em conformidade com a legislação sanitária vigente, mediante contratação de empresa especializada, uma vez que a Administração não dispõe de estrutura técnica própria capaz de assegurar a execução adequada deste serviço no ambiente hospitalar.

A comprovação técnica da limpeza deve ser registrada em relatório detalhado, emitido por profissional habilitado, especificando os serviços realizados e os produtos empregados, garantindo a rastreabilidade, segurança e qualidade da água utilizada no Complexo Hospitalar.

Nesse cenário, a limpeza dos reservatórios de água em uma unidade hospitalar é fundamental para garantir a segurança e a qualidade da água utilizada, assegurando a



salubridade ambiental e prevenindo doenças de veiculação hídrica, promovendo um ambiente seguro para pacientes, profissionais de saúde e visitantes.

Assim, constata-se que a higienização semestral das caixas d'água não constitui faculdade da Administração, mas sim obrigação legal e sanitária expressamente prevista nas normas de regência.

Diante do exposto, a presente contratação justifica-se como medida de interesse público essencial, amparada em fundamento técnico, legal e constitucional, que consagra a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas que reduzam o risco de doenças.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Secretaria de Saúde de Brumadinho.

3.2. DAS SOLUÇÕES:

I – Solução única – Contratação de empresa especializada para limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água instaladas no Complexo Hospitalar de Brumadinho/MG, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, maquinários, equipamentos e materiais de consumo, bem como, o registro de operação através da emissão de relatório técnico, com descrição dos serviços executados e produtos utilizados.

3.3. DAS POSSÍVEIS FORMAS DE CONTRATAÇÃO:

3.3.1. DAS FORMAS:

- I – Forma 1 – Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão;
- II – Forma 2 – Registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante;
- III – Forma 3 – Realizar licitação própria.



3.3.2. DA ANÁLISE:

- I – Forma 1 – Não foi encontrada ata de registro de preços disponível, capaz de atender integralmente a demanda do Município, para a realização de adesão;
- II – Forma 2 – Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação;
- III – Forma 3 – É possível a realização de licitação, pelo Município.

3.4. DA JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DA DISPENSA

Conforme previsto no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, é permitido a dispensa de licitação para contratações cujo valor não ultrapasse o limite estabelecido para compras de pequeno valor.

A contratação dos serviços de higienização e desinfecção dos reservatórios de água do Complexo Hospitalar de Brumadinho é medida indispensável para garantir a qualidade da água utilizada nas diversas atividades da unidade, incluindo o preparo de alimentos, higienização de utensílios e uso direto em procedimentos assistenciais. A ausência da devida limpeza dos reservatórios compromete a potabilidade da água e pode acarretar sérios riscos à saúde dos pacientes, servidores e demais usuários, aumentando a possibilidade de veiculação hídrica e impactando diretamente a segurança sanitária do serviço de saúde.

A dispensa de licitação justifica-se sob o ponto de vista econômico e técnico. Sob a ótica econômica, a contratação direta apresenta-se como medida vantajosa, pois permite a execução do serviço de higienização e desinfecção dos reservatórios de água dentro do prazo exigido pelas normas sanitárias. Ressalte-se que a manutenção preventiva representa custo significativamente inferior ao de eventuais correções decorrentes de surtos de doenças de veiculação hídrica, internações hospitalares adicionais e interrupções dos serviços assistenciais. Assim, a contratação direta assegura economicidade, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

Sob o aspecto técnico, a contratação direta permitirá a execução do serviço em tempo hábil, evitando qualquer prejuízo de natureza hídrica no Complexo Hospitalar e garantindo a continuidade da qualidade da assistência. A higienização dos reservatórios deve ocorrer obrigatoriamente em intervalo máximo de seis meses, conforme disposto na RDC nº 63/2011



da ANVISA e demais normativos sanitários aplicáveis, sendo cogente medidas céleres. Destaca-se a importância da prestação de serviços de limpeza dos reservatórios pois trata-se de etapa que antecede a emissão de laudo que ateste a potabilidade da água, requisito indispensável para o funcionamento regular e seguro da unidade hospitalar. Desta forma, a adequada execução de higienização visa zelar pela segurança sanitária dos serviços prestados.

Diante do exposto, considerando a necessidade imediata de garantir a higienização e a desinfecção dos reservatórios de água do Complexo Hospitalar, bem como a emissão do respectivo relatório técnico, e em observância aos limites previstos no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, torna-se justificável a realização da contratação por dispensa de licitação.

Tal medida visa assegurar a continuidade dos serviços hospitalares em condições seguras, preservando a saúde dos pacientes e profissionais da unidade e cumprindo com as determinações legais e sanitárias que regem a matéria.

3.5. DA CONCLUSÃO

I – Com o exposto, esta equipe conclui que se deve realizar licitação própria, por meio de dispensa de licitação, nos termos da Forma 3 para a execução da alternativa 1.

3.6. DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

I – Quanto a participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme se depreende do mapa de cotação, neste Estudo Técnico, verificou-se a possibilidade de atender a Lei Complementar nº 123/2006, artigos 47 e 48, c/c LC Municipal nº 69/2012, artigos 27 e 28.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

4.1. Para a presente contratação ou aquisição, os requisitos utilizados para análise das propostas serão tanto o valor total quanto o valor unitário da Planilha de Preços. A empresa vencedora será aquela que apresentar o menor valor global.



4.2. PERIODICIDADE: a limpeza deverá ser realizada de forma semestral, em observância às normas da ANVISA, que estabelecem a higienização periódica dos reservatórios em intervalo máximo de seis meses, com registro e comprovação técnica.

4.3. METODOLOGIA: Utilização de produtos devidamente registrados no Ministério da Saúde e compatíveis com uso em reservatórios de água potável.

4.4. A EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

- Deve ser realizada por equipe técnica especializada.
- Deve ser realizada a vedação adequada dos reservatórios após a execução do serviço, prevenindo contaminações externas;
- A execução dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios e caixas de água deve ser acompanhada por fiscal técnico designado;
- Para a execução dos serviços, avaliar a melhor forma de acesso ao reservatório ou caixa d'água, visando minimizar os riscos de acidente e dinamizar o andamento dos trabalhos;
- Usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), conforme NR 35;
- Verificar antecipadamente em cada caixa, as condições de acessibilidade; o estado da caixa e da tampa, se a(s) boia(s), registro(s) e tubulações apresentam defeitos; se houver eventuais defeitos nas estruturas e equipamentos, notificar as irregularidades à fiscalização.

4.5. PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA DOS RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA

- Fechar o registro, impedindo a entrada de água na caixa d'água;
- Utilizar a água da caixa até o limite do nível de saída, como forma de evitar o desperdício de água tratada;
- Obstruir as saídas de distribuição, a fim de não introduzir lodo, sujeiras ou resíduos na tubulação;



- Utilizar a água restante no fundo da caixa, depositada abaixo do nível da(s) saída(s) de distribuição, para a primeira limpeza;
- Deve ser realizada a escovação, lavagem das paredes e sucção dos rejeitos acumulados, assegurando a completa remoção de resíduos;
- Esfregar as paredes e o fundo da caixa com escova macia ou esponja; nunca utilize sabão, detergente ou outros produtos não autorizados;
- Evitar comprometer a impermeabilização interna das bordas (paredes) e fundo da caixa;
- Retirar a água suja resultante da primeira limpeza, usando panos e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa;
- Enxaguar a caixa com esguicho de água limpa;
- Retirar a água suja resultante do enxague, usando panos e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa; não permitir a saída de resíduos pela tubulação de distribuição;
- Verificar o nível de limpeza da caixa, se necessário, repetir uma nova etapa de limpeza;
- Promover a limpeza da tampa da caixa;
- Aguardar por duas horas até iniciar o processo de desinfecção;
- Inspeccionar se existem possíveis fissuras ou trincas que possam provocar vazamentos e infiltrações e, em havendo, comunicar ao fiscal técnico da unidade;
- Nos reservatórios superiores fechar o(s) registro(s) da(s) coluna(s) de distribuição de água, não permitindo a passagem de água entre diferentes reservatórios.

4.6. CONCLUÍDA A LIMPEZA, EXECUTAR OS PROCEDIMENTOS DE DESINFECÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA

- Proceder a desinfecção química com solução de hipoclorito de sódio (NaClO), mantendo as paredes molhadas com o desinfetante durante duas horas, para eliminar bactérias patogênicas, germes e coliformes contaminantes da água;
- Enxaguar as paredes da caixa com esguicho de água limpa, após duas horas de aplicação do desinfetante;



- Eliminar o excesso de solução no fundo do reservatório;
- Não permitir a saída de resíduos pela saída de distribuição de água limpa;
- Verificar o nível de limpeza da caixa, se necessário repetir o enxague;
- Proceder a limpeza e desinfecção da tampa do reservatório ou caixa d'água;
- Restabelecer o abastecimento de água tratada.

4.7. PROCEDIMENTOS PÓS-LIMPEZA E DESINFECÇÃO

- Colar etiqueta autoadesiva, resistente a intempéries e indelével, no lado externo da caixa d'água, constando informações do serviço executado (data da limpeza e desinfecção, data do próximo serviço, nome da empresa, nome do profissional);
- Tampar adequadamente a caixa d'água, de forma a impedir a entrada de pequenos animais, insetos ou sujeiras;
- Proceder regularmente à limpeza e remoção de resíduos e do lixo resultante dos serviços, se houver, para local apropriado, evitando transtorno ao funcionamento das atividades do Complexo Hospitalar;
- Por ocasião da entrega final dos serviços em cada caixa de água, a fiscalização designada realizará vistoria de avaliação da qualidade com vistas ao aceite dos serviços ou, se for o caso, a execução de eventuais correções;

4.8. ENTREGA DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

4.8.1. Emitir relatório técnico, com todas as etapas de limpeza e desinfecção, contendo registro fotográfico em até 15 dias corridos após limpeza;

4.9. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.9.1. Não será permitido subcontratação.

4.10. DA HABILITAÇÃO

4.10.1. Será exigido para fins de análise de aptidão da empresa para contratar com esta municipalidade os documentos de habilitação previstos no art. 62 da Lei 14.133/21, ABAIXO RELACIONADO:



I – JURÍDICA;

A – Registro comercial, no caso de empresa individual.

B – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada.

C – O documento deverá ser acompanhando da última alteração, se for o caso, ou apenas o ato constitutivo consolidado.

D – No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.

E – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

F – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II - FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA;

A - Prova de regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

B - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

C - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.

D - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão mobiliária emitida pela Secretaria competente do Município.

E - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.

F - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa.



III - ECONÔMICO-FINANCEIRA.

A - Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

- Para empresa que se encontra em processo de recuperação judicial, deve ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

IV – DECLARAÇÕES.

A - Declaração por meio da plataforma de que que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

B - Declaração por meio da plataforma que não se enquadra em nenhuma das hipóteses restritivas do art. 37 da Lei Orgânica Municipal de Brumadinho

C - Constatado o atendimento às exigências aqui estabelecidas, o fornecedor será habilitado.

D - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

E - O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

4.11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

I - O critério de julgamento será o de menor preço, representado pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

§1º O valor unitário do item deverá ser expresso com até 02 (duas) casas decimais.

§2º O valor total do item deverá ser expresso com até 02 (duas) casas decimais

4.12. DO LOCAL E DOS PRAZOS

A. Será firmado instrumento contratual sobre o objeto do presente estudo, com 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura;



- B.** Os serviços deverão ser realizados no Complexo Hospitalar de Brumadinho, situado na MG-040 KM 48, sem nº, bairro Santa Cruz, Brumadinho – MG, CEP: 32.480-182, no horário de 08h às 15h de 2ª a 6ª Feira;
- C.** Para prestação de serviços, será considerado o prazo de até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas e especificações constantes nestas especificações técnicas;
- D.** Toda prorrogação de prazo para entrega, deverá ser justificada por escrito, 48 horas antes do vencimento.
- E.** Após iniciados os trabalhos de limpeza e desinfecção da caixa d'água, a empresa contratada deverá concluir a execução integralmente no mesmo dia, vedada a interrupção ou suspensão injustificada das atividades, que possa comprometer o fornecimento de água na unidade hospitalar;

4.13. DO PAGAMENTO

4.13.1. O pagamento deverá ser efetuado em **PARCELAS PROPORCIONAIS A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, após conferência da quantidade e qualidade dos mesmos, mediante apresentação da nota fiscal/fatura.

4.13.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - O prazo de validade;
- II - A data da emissão;
- III - Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - O período de prestação dos serviços;
- V - O valor a pagar; e
- VI - Destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, como ISSQN, INSS e IRRF



VIII - Nos casos de prestação de serviços/fornecimentos por terceiros, o detentor da Ata deverá informar também as retenções a serem feitas da terceirizada, bem como apresentar o respectivo documento fiscal

- A. O pagamento será creditado em favor da Contratada, por meio de depósito ou transferência eletrônica em conta bancária a ser informada pelo FORNECEDOR, ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes, vedando-se o pagamento por meio de boleto bancário, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.
- B. Será procedida consulta antes de cada pagamento a ser efetuado á Contratada, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.
- C. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Brumadinho e no Fundo Municipal de Saúde, em favor da Contratada. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

4.13.3. Para efeito de pagamento, a o (a) detentor (a) da ATA deverá apresentar a Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB – e pela Procuradoria-Geral da 28 Fazenda Nacional – PGFN – referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU – Port. 358, de 05.09.2014 e Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90), bem como a Prova de regularidade de Débitos Trabalhistas.

4.13.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante caso os documentos especificados no subitem anterior estejam com prazo de validade vencido, bem como se houver pendência de liquidação de qualquer obrigação que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, em que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou de correção monetária.



4.14. DA GARANTIA

4.14.1 Não haverá exigência de garantia da contratação ou da execução do objeto, como prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em se considerando a baixa especificidade técnica e não exigência de elevada capacidade de execução.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. DA SOLUÇÃO

5.1.1. Após realização dos estudos técnicos, a solução mais adequada para o problema apresentado, foi a contratação de empresa para limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água alocadas no Complexo Hospitalar de Brumadinho/MG, com registro de operação através da emissão de relatório técnico, conforme descrito na solução única, levando-se em consideração a previsão descrita no item 04, por meio da modalidade de Dispensa nos termos do Art. 75 inciso II da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 144 de 07 de agosto de 2023.

5.1.2. A necessidade foi demonstrada no item 02 do presente Estudo Técnico Preliminar - ETP.

5.1.3. Os requisitos da contratação foram elencados no item 03 do presente ETP.

5.2. PROCESSAMENTO POR MEIO DE SISTEMA DE CONTRATAÇÃO

Por acatar os requisitos do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, lei de licitações e contratos administrativos e inciso II Art. 6º do decreto municipal 144, de 07 agosto de 2023, que regulamenta a dispensa de Licitação, para melhor atender a demanda levantada será realizada uma dispensa de licitação. Tratando-se de um valor que se encaixa no que diz a lei.

Cumprindo esclarecer que a prática de dispensa de licitação, nos termos permitidos por lei, vem sendo utilizada na Administração nos últimos anos e o resultado tem sido satisfatório para atender a demanda levantada.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. Os quantitativos estimados para esta contratação estão demonstrados na tabela a seguir, seguindo um cronograma de limpeza, pelo período de 12 meses:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA. CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA: 70.000 LITROS	SV	04
2	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA. CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA: 20.000 LITROS	SV	02
3	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA. CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA: 1.000 LITROS	SV	06

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Para identificação do valor da contratação, nos termos da lei federal 14.133, foi realizada pesquisa de mercado, com base em levantamento de preços efetuado no Banco de Preços – NP Tecnologia e Gestão de dados Ltda., cuja plataforma disponibiliza valores praticados em contratações públicas similares oriundos de diversas fontes oficiais e idôneas, dentre as quais destaca-se o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o sitio eletrônico Licitar, além de outras bases reconhecidas e certificadas.

A metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor estimado foi a média simples dos valores apresentados para solução. Realizou-se análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

A estimativa do valor da contratação, os preços unitários referenciais e as memórias de cálculo, estão demonstrados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VL. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA. CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA: 70.000 LITROS	SV	04	R\$ 1.451,75	R\$ 5.807,00
2	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA. CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA: 20.000 LITROS	SV	02	R\$ 892,50	R\$ 1.785,00



3	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA. CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA: 1.000 LITROS	SV	06	R\$ 364,85	R\$ 2.189,10
ESTIMATIVA PREÇOS TOTAL PARA CONTRATAÇÃO					R\$ 9.781,10

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

8.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Dessa forma, o princípio do parcelamento se torna viável neste processo.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

9.1. Não haverá contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

10. ALINHAMENTO COM PAC/PLANO ANUAL DE CONTRAÇÃO

10.1 Ainda não se encontra implementado o Plano Anual de Contratação no Município de Brumadinho.

10.2 A contratação alinha-se com o planejamento das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Administração do Município e ampara-se na medida em que é constante a necessidade do fornecimento dos itens em questão, para o bom andamento das atividades.

10.3 A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, inciso I e II, e § 1º incisos I e II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a execução da presente contratação, espera-se assegurar a manutenção da qualidade da água utilizada no Complexo Hospitalar, por meio da realização periódica de serviços de



limpeza, higienização e desinfecção dos reservatórios, acompanhados da emissão de laudos técnicos que atestem sua potabilidade.

A medida possibilitará:

- A. Preservação da saúde pública, ao reduzir os riscos de contaminações e doenças de veiculação hídrica;
- B. Cumprimento das normas sanitárias vigentes, notadamente as Resoluções da ANVISA (RDC nº 216/2004, RDC nº 63/2011 e RDC nº 11/2014), que estabelecem a obrigatoriedade da higienização periódica dos reservatórios de água e a manutenção de registros formais dessa operação;
- C. Segurança alimentar e hospitalar, uma vez que a água é insumo essencial tanto no preparo das refeições de pacientes, servidores e usuários, quanto na higienização de utensílios, ambientes e na execução de procedimentos assistenciais;
- D. Eficiência administrativa e economicidade, ao garantir que os serviços sejam prestados em conformidade com parâmetros técnicos e legais, evitando prejuízos decorrentes de eventual interdição sanitária;
- E. Melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos de saúde, ao assegurar a continuidade da assistência hospitalar em condições seguras, reforçando a confiança da população na rede municipal de saúde.

Portanto, a contratação permitirá que o Município de Brumadinho cumpra sua obrigação legal e constitucional de zelar pela saúde da coletividade, garantindo que os serviços públicos sejam prestados com qualidade, segurança e regularidade, em estrita observância ao melhor interesse público.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1. Não há nenhuma providência previa a contratação.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Dada a natureza do objeto é imprescindível que a contratada atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e as normas vigentes da política de sustentabilidade ambiental. Deste modo deve ser considerado os seguintes aspectos ambientais:

13.1.1. Gestão de Resíduos

A. Todo resíduo líquido e sólido gerado durante o processo deve ser coletado e descartado de forma segura, conforme legislação ambiental vigente, evitando lançamento em redes de esgoto ou corpos hídricos sem tratamento adequado.



B. Produtos químicos utilizados devem ser apropriados para água potável, evitando contaminação ambiental ou química.

13.1.2. Uso Racional de Recursos

A. O serviço deve minimizar o consumo de água, utilizando apenas o necessário para a limpeza e enxágue dos reservatórios.

13.1.3. Proteção da Saúde e do Meio Ambiente

A. Garantir que os profissionais utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, prevenindo acidentes e exposição química.

B. Evitar qualquer contaminação ambiental do entorno do complexo hospitalar, mantendo áreas de acesso restrito quando necessário.

13.1.4. Conformidade Legal

A. O serviço deve respeitar todas as normas e legislações ambientais federais, estaduais e municipais aplicáveis.

13.1.5. Sustentabilidade e Boas Práticas

A. Sempre que possível, utilizar produtos e métodos que reduzam impactos ambientais, promovendo boas práticas de sustentabilidade no complexo hospitalar.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista todas as informações acima, declaramos que é viável a Contratação dos serviços apresentados.

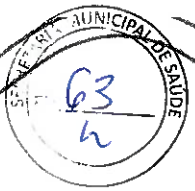
Brumadinho, 29 de setembro de 2025

Adriana Maria Teixeira de Moraes
Bíblia Logística
MG-10665792
Matrícula 003422

Adriana Maria Teixeira De Moraes
Coordenadora Operacional
Complexo Hospitalar Brumadinho

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

Cinthya Mara G. Pedrosa
Cinthya Mara G. Pedrosa
Secretária Municipal de Saúde



Prefeitura de
Brumadinho
Administração 2025/2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°219/2025 – DISPENSA ELETRÔNICA N°18/2025.

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água alocadas no Complexo Hospitalar de Brumadinho, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, maquinários, equipamentos e materiais de consumo necessários, bem como, emissão de relatórios técnico.

Eu, Cinthya Mara Gonçalves Pedrosa, na qualidade de ordenador de despesas, autorizo a presente instauração de procedimento cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água alocadas no Complexo Hospitalar de Brumadinho, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, maquinários, equipamentos e materiais de consumo necessários, bem como, emissão de relatórios técnico, por dispensa de licitação na forma eletrônica, nos termos do documento de formalização de demanda, do estudo técnico preliminar e termo de referência anexos, tendo como base legal do inciso II, do art. 75 da Lei Federal n° 14.133/2021 e o Decreto 144/2023.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

Os valores estimados dos itens foram definidos no Estudo técnico Preliminar e confirmados no Termo de referência do Processo Administrativo 219/2025.

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentaria n° 02007.003.10.302.0032.2.2042.3.3.90.39 e 02007.007.10.302.0032.2.222.3.3.90.39

CUSTO ESTIMADO: R\$ 9.781,10 (nove mil setecentos e oitenta e um reais e dez centavos)

Brumadinho, 15 de outubro de 2025.


Cinthya Mara Gonçalves Pedrosa
Secretária Municipal de Saúde

CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA:

Órgão responsável pela despesa: Prefeitura Municipal de Brumadinho

Objeto da despesa: Instrução de processo para contratação de limpeza e desinfecção de caixa d'água alocadas no Complexo Hospitalar de Brumadinho.

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde

Valor estimado total da despesa: R\$ 9.781,10 (nove mil, setecentos e oitenta e um reais e dez centavos).

Classificação da despesa: 02007.003.10.302.0032.2.045.3.3.90.39

Fonte de recurso: 500.000.1002

Declaramos, para fins de realização da contratação contemplada no processo acima, que este Órgão possui previsão de saldo orçamentário no presente exercício no valor de R\$ 9.781,10 (nove mil, setecentos e oitenta e um reais e dez centavos) observando-se as disposições da Lei nº 8.666/93 (ou Lei nº 14.133/21, a depender do caso) e/ou 10.520/02 e demais que sejam pertinentes ao exposto.


Deisy Suellen Teixeira Vianini
Fundo Municipal de Saúde



Cinthya Mara Gonçalves Pedrosa
Secretária Municipal de Saúde
SUS Brumadinho/MG
Ordenador de Despesas
Secretaria Municipal de Saúde

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Declaro, para os fins do disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA e é com com o Plano Plurianual - PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, nos termos definidos pelos incisos I e II do §1º do art. 16 da LRF.

Brumadinho, 05 de janeiro de 2026.


Deisy Suellen Teixeira Vianini
Fundo Municipal de Saúde


Cinthya Mara Gonçalves Pedrosa
Secretária Municipal de Saúde
SUS Brumadinho/MG
Ordenador de Despesas
Secretaria Municipal de Saúde



MUNICÍPIO DE BRUMADINHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUMADINHO
MINAS GERAIS
18.363.929/0001-40
NOTA DE PRÉ EMPENHO Nº 0000248/2026 - LIBERADA



Determino o Pré Empenho da forma abaixo	Exercício : 2026	Ficha : 0000795
	Data : 05/01/2026	Data Ref: 05/01/2026 Valor : 9.781,10

Órgão : 02007 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade Orçamentária : 003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
 Função : 10 - Saúde
 Subfunção : 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Programa : 0032 - ATENDIMENTO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
 Projeto/Atividade : 2.045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
 Elemento Despesa : 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 Subelemento Despesa : 33903961000 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
 Fonte de Recurso : 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde)

Favorecido : CNPJ/CPF :
 Bairro : Cidade :
 Endereço : UF :

Histórico : BLOQUEIO ORÇAMENTARIO PARA INSTRUÇÃO DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÃO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'AGUA ALOCADAS NO COMPLEXO HOSPITALAR DE BRUMADINHO.

Saldo Anterior Ficha	10.778.139,83	Valor Pré Empenho	9.781,10	Saldo Disponível	10.768.358,73
----------------------	---------------	-------------------	----------	------------------	---------------

(nove mil setecentos e oitenta e um reais e dez centavos)

Nº Requisição :

Nº Processo :

Modalidade : Dispensa Eletrônica
 Objeto :

SUBELEMENTO		Valor
33903961000 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO		9.781,10

LANÇAMENTOS					
Nº	Débito	Valor	Crédito	Valor	Valor
Pré Empenho - Emissão de Pré-empenho - Reserva De Dotação - Outras Despesas Correntes					
O 1	5229101000000 - PRÉ-EMPENHOS EMITIDOS	9.781,10	6221202000000 - CREDITO PRE-EMPENHADO		9.781,10
O 1	6221100000000 - CREDITO DISPONÍVEL	9.781,10	6229101000000 - PRE-EMPENHOS A EMPENHAR		9.781,10

Local/Data/Assinaturas
 BRUMADINHO, 05 de janeiro de 2026

Daisy Suellen T. Vianini
 Detsy Suellen T. Vianini
 CRC-MG 106094/O



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 – Contratação, por meio de dispensa eletrônica, de empresa especializada para prestação de serviços de Limpeza, Desinfecção e Higienização de Caixa d' água (superior) alocadas no Complexo Hospitalar Brumadinho, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, maquinários, equipamentos e materiais de consumo necessários, bem como, emissão de relatório técnico.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1 - Secretaria Municipal de Saúde.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 - Os reservatórios de água potável constituem ambientes intrinsecamente propícios à proliferação de microrganismos, incluindo bactérias, vírus e demais agentes patogênicos. A manutenção periódica, mediante higienização e desinfecção técnica, revela-se medida imprescindível para prevenir a contaminação da água, mitigando o risco de doenças graves, tais como gastroenterites e infecções intestinais, que comprometem significativamente a saúde de pacientes, servidores e visitantes, notadamente aqueles imunodeprimidos, característicos do ambiente hospitalar. Com o decurso do tempo, detritos, lodo e demais impurezas sedimentam-se nas superfícies internas e no fundo dos reservatórios, comprometendo a potabilidade da água, alterando suas características sensoriais e tornando-a imprópria para consumo humano. A permanência desses resíduos pode ainda acelerar processos de corrosão, comprometendo a integridade estrutural dos reservatórios, ensejando riscos de vazamentos, necessidade de reparos corretivos ou substituição de componentes, com ônus financeiro significativo à Administração Pública.

A manutenção preventiva mediante limpeza periódica apresenta-se, portanto, como medida técnica e economicamente mais eficiente, prevenindo intervenções corretivas mais onerosas e assegurando a qualidade da água distribuída. A presença de cloro residual na água potável constitui medida complementar de segurança, prevenindo



contaminações posteriores à desinfecção inicial e mitigando a proliferação de algas, fungos e bactérias, garantindo a manutenção da qualidade da água ao longo de toda a sua distribuição.

No contexto hospitalar, a água potável desempenha papel crítico em diversas atividades, tais como a higienização de utensílios, o preparo de refeições destinadas a pacientes e servidores, a produção de marmitas para outras unidades de saúde e a utilização direta em procedimentos assistenciais. Nesse sentido, a água constitui insumo estratégico, cuja qualidade inadequada representa risco direto à saúde pública, impondo controle rigoroso e manutenção técnica periódica.

Salienta-se que a obrigatoriedade da limpeza em tela encontra respaldo normativo em diversas regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Saúde, que impõem aos serviços de saúde a manutenção da qualidade da água de consumo humano, a saber:

R/DC nº 63/2011 (ANVISA/MS) – que define requisitos de boas práticas para serviços de saúde, incluindo a manutenção da potabilidade da água e a higienização semestral dos reservatórios:

Art 39: § 1º O serviço de saúde deve garantir a limpeza dos reservatórios de água a cada seis meses.

RDC nº 11/2014 (ANVISA/MS) – que trata das boas práticas de funcionamento para serviços de diálise, estabelece, no procedimento de manutenção do STDAH, a obrigatoriedade da limpeza do reservatório de água potável com frequência semestral.

No âmbito do Complexo Hospitalar, é realizado o preparo de refeições destinadas a pacientes e servidores plantonistas, bem como, a produção de marmitas distribuídas a outras unidades de saúde, como o CAPS. A água, nesse contexto, configura elemento basilar para o adequado funcionamento dos serviços, porquanto participa de todas as etapas do processo, desde a higienização de gêneros alimentícios, preparo das refeições, higienização de utensílios, até sua utilização direta em procedimentos assistenciais de saúde. É, portanto, um insumo crítico, cuja qualidade, se não devidamente controlada, pode tornar-se fonte de contaminação em todas as fases do processo, expondo servidores e usuários a sérios riscos sanitários.



Nos termos da Resolução RDC nº 216/2004 da ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, dispõe ser obrigatória a utilização exclusiva de água potável na manipulação de alimentos, devendo os reservatórios manter-se em adequado estado de conservação e higiene, livres de rachaduras, infiltrações, vazamentos ou descascamentos, devidamente tampados e submetidos à higienização periódica, em intervalo máximo de seis meses, com a devida manutenção de registros formais.

Ademais, a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde estabelece procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano, definindo o padrão de potabilidade e exigindo que a água esteja livre de substâncias que lhe confirmam odor e/ou sabor, além de compatível com parâmetros microbiológicos e a Portaria MS nº 888/2021, que estabelece padrões de potabilidade da água destinada ao consumo humano.

A higienização deve ocorrer semestralmente, em conformidade com a legislação sanitária vigente, mediante contratação de empresa especializada, uma vez que a Administração não dispõe de estrutura técnica própria capaz de assegurar a execução adequada deste serviço no ambiente hospitalar.

A comprovação técnica da limpeza deve ser registrada em relatório detalhado, emitido por profissional habilitado, especificando os serviços realizados e os produtos empregados, garantindo a rastreabilidade, segurança e qualidade da água utilizada no Complexo Hospitalar.

Nesse cenário, a limpeza dos reservatórios de água em uma unidade hospitalar é fundamental para garantir a segurança e a qualidade da água utilizada, assegurando a salubridade ambiental e prevenindo doenças de veiculação hídrica, promovendo um ambiente seguro para pacientes, profissionais de saúde e visitantes.

Assim, constata-se que a higienização semestral das caixas d'água não constitui faculdade da Administração, mas sim obrigação legal e sanitária expressamente prevista nas normas de regência.

Diante do exposto, a presente contratação justifica-se como medida de interesse público essencial, amparada em fundamento técnico, legal e constitucional, que



consagra a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas que reduzam o risco de doenças.

Logo, restam justificadas as particularidades da presente demanda.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1 - Descrição por Item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VL. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA. CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA: 70.000 LITROS	SV	04	R\$ 1.451,75	R\$ 5.807,00
2	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA. CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA: 20.000 LITROS	SV	02	R\$ 892,50	R\$ 1.785,00
3	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA. CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA: 1.000 LITROS	SV	06	R\$ 364,85	R\$ 2.189,10

5. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1. O serviço a ser contratado possui natureza comum pelo fato de sua escolha poder ser feita tão somente com base nos preços ofertados face as especificações usuais

5.2. É considerado bem comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021:

"XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;"

5.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre entes que caracteriza personalidade e subordinação direta.



6. DOS CRITERIOS DE CONTRATAÇÃO

6.1 O prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses.

6.2 Modalidade de Aquisição: Dispensa eletrônica, previsto no artigo 75, II da lei 14.133/2021.

6.3 Tipo de Licitação: Menor Preço por item.

6.4 Informações Essenciais:

6.4.1 Exclusividade/Benefício ME/EPP: Haverá exclusividade de participação de ME/EPP conforme Lei 123/2006.

6.4.2 Participação de Consórcios ou Empresas Estrangeira: não será permitida a participação de Consórcios e empresas estrangeiras, considerando que se trata de item comum de mercado, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado. É bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos desta natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

6.4.3 Forma de Execução: Prestação de serviços semestral.

7. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Com fundamento no inciso II do Art. 75 da Lei nº14.133/2021, e mediante a utilização da dispensa, regulamentado pela DECRETO Nº 144, DE 07 DE AGOSTO DE 2023, será selecionada empresa que apresente o menor preço para a contratação objeto deste termo de referência.

8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1 Deve ser realizada por equipe técnica especializada, com comprovação de experiência na atividade.

8.2 Deve ser realizada a vedação adequada dos reservatórios após a execução do serviço, prevenindo contaminações externas;

8.3 A execução dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios e caixas de água deve ser acompanhada por fiscal técnico designado;



- 8.4** Após iniciados os trabalhos de limpeza e desinfecção da caixa d'água, a empresa contratada deverá concluir a execução integralmente no mesmo dia, vedada a interrupção ou suspensão injustificada das atividades, que possa comprometer o fornecimento de água na unidade hospitalar;
- 8.5** Para a execução dos serviços, avaliar a melhor forma de acesso ao reservatório ou caixa d'água, visando minimizar os riscos de acidente e dinamizar o andamento dos trabalhos;
- 8.6** Usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), conforme NR 35;
- 8.7** Verificar antecipadamente em cada caixa, as condições de acessibilidade; o estado da caixa e da tampa, se a(s) boia(s), registro(s) e tubulações apresentam defeitos; se houver eventuais defeitos nas estruturas e equipamentos, notificar as irregularidades à fiscalização.

8.8 Procedimentos de limpeza dos reservatórios e caixas d'água

- 8.8.1** Fechar o registro, impedindo a entrada de água na caixa d'água;
- 8.8.2** Utilizar a água da caixa até o limite do nível de saída, como forma de evitar o desperdício de água tratada;
- 8.8.3** Obstruir as saídas de distribuição, a fim de não introduzir lodo, sujeiras ou resíduos na tubulação;
- 8.8.4** Utilizar a água restante no fundo da caixa, depositada abaixo do nível da(s) saída(s) de distribuição, para a primeira limpeza;
- 8.8.5** Deve ser realizada a escovação, lavagem das paredes e sucção dos rejeitos acumulados, assegurando a completa remoção de resíduos;
- 8.8.6** Esfregar as paredes e o fundo da caixa com escova macia ou esponja; nunca utilize sabão, detergente ou outros produtos não autorizados;
- 8.8.7** Evitar comprometer a impermeabilização interna das bordas (paredes) e fundo da caixa;
- 8.8.8** Retirar a água suja resultante da primeira limpeza, usando panos e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa;
- 8.8.9** Enxaguar a caixa com esguicho de água limpa;



- 8.8.10 Retirar a água suja resultante do enxague, usando panos e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa; não permitir a saída de resíduos pela tubulação de distribuição;
- 8.8.11 Verificar o nível de limpeza da caixa, se necessário, repetir uma nova etapa de limpeza;
- 8.8.12 Promover a limpeza da tampa da caixa;
- 8.8.13 Aguardar por duas horas até iniciar o processo de desinfecção;
- 8.8.14 Inspeccionar se existem possíveis fissuras ou trincas que possam provocar vazamentos e infiltrações e, em havendo, comunicar ao fiscal técnico da unidade;
- 8.8.15 Nos reservatórios superiores fechar o(s) registro(s) da(s) coluna(s) de distribuição de água, não permitindo a passagem de água entre diferentes reservatórios.

8.8 Concluída a limpeza, executar os procedimentos de desinfecção das caixas d'água

- 8.8.1 Proceder a desinfecção química com solução de hipoclorito de sódio (NaClO), mantendo as paredes molhadas com o desinfetante durante duas horas, para eliminar bactérias patogênicas, germes e coliformes contaminantes da água;
- 8.8.2 Enxaguar as paredes da caixa com esguicho de água limpa, após duas horas de aplicação do desinfetante;
- 8.8.3 Eliminar o excesso de solução no fundo do reservatório;
- 8.8.4 Não permitir a saída de resíduos pela saída de distribuição de água limpa;
- 8.8.5 Verificar o nível de limpeza da caixa, se necessário repetir o enxague;
- 8.8.6 Proceder a limpeza e desinfecção da tampa do reservatório ou caixa d'água;
- 8.8.7 Restabelecer o abastecimento de água tratada.

8.9 Procedimentos Pós-limpeza e Desinfecção

- 8.9.1 Colar etiqueta autoadesiva, resistente a intempéries e indelével, no lado externo da caixa d'água, constando informações do serviço executado (data da limpeza e desinfecção, data do próximo serviço, nome da empresa, nome do profissional);



- 8.9.2** Tampar adequadamente a caixa d'água, de forma a impedir a entrada de pequenos animais, insetos ou sujeiras;
- 8.9.3** Proceder regularmente à limpeza e remoção de resíduos e do lixo resultante dos serviços, se houver, para local apropriado, evitando transtorno ao funcionamento das atividades do Complexo Hospitalar;
- 8.9.4** Por ocasião da entrega final dos serviços em cada caixa de água, a fiscalização designada realizará vistoria de avaliação da qualidade com vistas ao aceite dos serviços ou, se for o caso, a execução de eventuais correções.

8.10. Entrega de Documentos Obrigatórios

- 8.10.1** Emitir relatório técnico, com todas as etapas de limpeza e desinfecção, contendo registro fotográfico em até 15 dias corridos após limpeza.

9. DA ENTREGA E DOS PRAZOS

- 9.1** Será firmado instrumento contratual sobre o objeto do presente estudo, com 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura;
- 9.2** Os serviços deverão ser realizados no Complexo Hospitalar de Brumadinho, situado na MG-040 KM 48, sem nº, bairro Santa Cruz, Brumadinho – MG, CEP: 32.480-182, no horário de 08h às 15h de 2ª a 6ª Feira;
- 9.3** Para prestação de serviços, será considerado o prazo de até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas e especificações constantes nestas especificações técnicas;
- 9.4** Toda prorrogação de prazo para entrega, deverá ser justificada por escrito, 48 horas antes do vencimento.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1.** O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, após conferência da quantidade e qualidade dos mesmos, mediante apresentação da nota fiscal/fatura.
- 10.2.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I - O prazo de validade;



- II - A data da emissão;
- III - Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - O período de prestação dos serviços;
- V - O valor a pagar; e
- VI - Destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, como ISSQN, INSS e IRRF
- VIII - Nos casos de prestação de serviços/fornecimentos por terceiros, o CONTRATADO deverá informar também as retenções a serem feitas da terceirizada, bem como apresentar o respectivo documento fiscal

10.2.1 O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de depósito ou transferência eletrônica em conta bancária a ser informada pelo FORNECEDOR, ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes, vedando-se o pagamento por meio de boleto bancário, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.

10.2.2 Será procedida consulta antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

10.2.3 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Brumadinho e no Fundo Municipal de Saúde, em favor da Contratada. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

10.3. Para efeito de pagamento, o CONTRATADO deverá apresentar a Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB – e pela Procuradoria-Geral da 28 Fazenda Nacional – PGFN – referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU – Port. 358, de 05.09.2014 e Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90), bem como a Prova de regularidade de Débitos Trabalhistas.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante caso os documentos especificados no subitem anterior estejam com prazo de validade vencido, bem como se houver pendência de liquidação de qualquer obrigação que lhe foi imposta, em virtude de



penalidade ou inadimplência, em que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou de correção monetária.

11. HABILITAÇÃO

I – JURÍDICA

A – Registro comercial, no caso de empresa individual.

B – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada.

C – O documento deverá ser acompanhado da última alteração, se for o caso, ou apenas o ato constitutivo consolidado.

D – No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.

E – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

F – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II - FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A - Prova de regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

B - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

C - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.

D - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão mobiliária emitida pela Secretaria competente do Município.

E - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.



F - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa.

III - ECONÔMICO-FINANCEIRA

A - Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

B - Para empresa que se encontra em processo de recuperação judicial, deve ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

V – DECLARAÇÕES

A - Declaração por meio da plataforma de que que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

B - Declaração por meio da plataforma que não se enquadra em nenhuma das hipóteses restritivas do art. 37 da Lei Orgânica Municipal de Brumadinho

C - Constatado o atendimento às exigências aqui estabelecidas, o fornecedor será habilitado.

D - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

E - O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

12. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

12.1 - O valor médio identificado como sendo o orçamento da licitação é de R\$ 9.781,10 (nove mil, setecentos e oitenta e um reais e dez centavos).

11.2 - Para se obter a composição estimada dos valores, foi considerado o valor médio obtido na pesquisa de preços, sendo desconsiderados os valores exorbitantes e/ou inexequíveis.

13. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA.

13.1 - O desembolso se fará mediante a rubrica das dotações orçamentárias:



Classificação da despesa:

02007.003.10.302.0032.2.045-3.3.90.39;

Fonte de recurso: 500.000.1002.

14. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

14.1. Para concretizar a contratação, deverá ser preenchida proposta via sistema de pregão eletrônico, bem como valor unitário e total.

14.2. Os valores unitários, deverão ser expressos em moeda corrente do país, com até 02 (duas) casas decimais.

14.3. Os valores totais deverão ser expressos em moeda corrente do país, com até 02 (duas) casas decimais.

14.4. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua entrega.

14.5 Será admitida a formulação de lances, nos moldes do Edital.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a contratação terceira do objeto em questão.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

17. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em



corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

17.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

18.1. Não se aplica.

19. GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Não haverá exigência de garantia da contratação ou da execução do objeto, como prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em se considerando a baixa especificidade técnica e não exigência de elevada capacidade de execução.

20. CONTRATO

20.1. O termo de contrato será formalizado nos moldes da Lei 14.133/2021 e terá validade de 12 meses.

21. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

21.1 Fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade, arcando com seus custos, nos termos de sua proposta;

21.2. Fornecer os equipamentos de segurança necessários ao acesso seguro dos reservatórios;

21.3. Manter funcionários devidamente uniformizados, com identificação da empresa e crachás fornecidos pela mesma;

21.4. Manter veículos com a devida identificação da empresa;

21.5. Todas as despesas com transporte, equipamentos necessários, taxas, ou qualquer outra despesa são por conta da CONTRATADA.

21.6. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte do objeto em que se verificarem vícios, defeitos



ou incorreções resultantes da execução dos serviços empregados, responsabilizando-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, nos termos, normas e especificações técnicas da legislação vigente;

21.7. Durante o período de 06 meses da garantia dos serviços, se houver necessidade de revisão dos serviços realizados, em qualquer caixa d'água, a Contratada terá até 48 (quarenta e oito) horas para solucionar o problema, sem ônus para a Contratante;

21.8. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

21.9. O acompanhamento e a fiscalização da CONTRATANTE, não excluem ou reduzem as responsabilidades da CONTRATADA;

21.10. A CONTRATADA deve facilitar a fiscalização, permitir amplo acesso ao objeto em execução e atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE;

21.11. A CONTRATADA deve comprovar no ato da assinatura do contrato que possui em seu quadro de pessoal, no mínimo um profissional que será o responsável técnico pelos serviços devidamente registrado no CREA ou CRQ ou outro a que a lei atribua a competência para o registro de empresas legalmente habilitados para realização dos serviços integrantes do objeto do presente Memorando;

21.12. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratual;

21.13. Assumir todas as despesas relativas ao pessoal empregado no serviço, não permitindo a existência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e as unidades gerenciadas pela EMSERH;

21.14. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste Termo de Referência;

21.15. Apresentar a CONTRATANTE o nome do banco agência e o número da conta bancaria, para efeito de credito de pagamento dos serviços prestados;

21.16. Cumprir fielmente as obrigações da proposta de forma que o serviço seja realizado no prazo estipulado;

21.17. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;



- 21.18.** A CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 21.19.** A CONTRATADA deverá transportar seus funcionários, ferramentas e equipamentos, para o local de serviço;
- 21.20.** A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em qualquer momento da existência de ocorrências que venham a afetar a execução dos serviços contratados;
- 21.21.** Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas e ambientais aplicadas aos serviços;
- 21.22.** A CONTRATADA deverá executar apenas serviços autorizados pela CONTRATANTE, através de ordem de serviço.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 22.1.** Cumprir e fazer cumprir o disposto nestas especificações técnicas;
- 22.2.** Gerenciar o presente contrato, acompanhar, fiscalizar, conferir, atestar o fornecimento e avaliar as obrigações da CONTRATADA, bem como o preço e a descrição do objeto contratado, conforme as condições ajustadas no Termo de Referência e no Contrato, através de profissional designado pela autoridade competente;
- 22.3.** Propiciar as condições necessárias à realização dos serviços ora contratados pelo tempo necessário para execução dos mesmos;
- 22.4.** Permitir aos funcionários da CONTRATADA o livre acesso nas áreas onde os serviços serão executados, desde que, dentro das datas e horários agendados e devidamente identificados de modo a viabilizar a prestação de serviços;
- 22.5.** Programar, periodicamente, os serviços que deverão ser cumpridos pela CONTRATADA, de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos funcionários e das pessoas;
- 22.6.** Comunicar à CONTRATADA eventuais falhas e irregularidades observadas na execução dos serviços, determinando prazo para adoção das providências saneadoras;
- 22.7.** Atestar a efetiva realização dos serviços e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato;
- 22.8.** Conferir as Notas Fiscais e seus respectivos relatórios e se em conformidade com o executado, atestar a prestação dos serviços;



- 22.9.** Devolver à CONTRATADA as Notas Fiscais em que se verificarem inconformidade para as devidas correções;
- 22.10.** Rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com as especificações constantes do Contrato;
- 22.11.** Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- 22.12.** Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 22.13.** Inspeccionar os materiais utilizados pela CONTRATADA para execução dos serviços;
- 22.14** Efetuar os pagamentos para o CONTRATA

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

- 23.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 23.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 23.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 23.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 23.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 23.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 23.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 23.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 23.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 23.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 23.1.11.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o



conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

23.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

23.2.2. Multa de 5% o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens **23.1.1 a 23.1.12**;

23.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens **23.1.2 a 23.1.7** deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

23.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens **23.1.8 a 23.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

23.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

23.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

23.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

23.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

23.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

23.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato



lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

25.8. O processamento do Processo administrativo de responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

23.10. Os atos praticados no decorrer da contratação estão previstas neste Termo de Referência,

23.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no PNCP.

24. DAS CONDIÇÕES GERAIS

24.1. O Município reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto no Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:


Adriana Maria Teixeira de Moraes
Diretora Administrativa
Hospital de Brumadinho
Matricula 003422



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 018/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 219/2025

01 - SETOR SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde – Complexo Hospitalar de Brumadinho/MG.

02 - DA ABERTURA DE PROPOSTAS

- 2.1 - DATA ABERTURA: 06 de fevereiro de 2026.
2.2 - ABERTURA DA FASE DE LANCES: 06/02/2026 08:00 HORAS.
2.3 - FINAL DA FASE DE LANCES: 14:00 HORAS (intervalo mínimo 6h e máximo 10h).
2.4 - REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – <https://licitar.digital/>
2.5 - Manual e forma de envio das propostas, vide campo > ajuda do sistema (<https://licitardigital.tawk.help/category/fornecedor>).
2.6 - Contato: Central de Compras e Licitação – Tel. (31) 99520-2685 licitacao@brumadinho.mg.gov.br
2.7 - AGENTE DE CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL: Jurene de Sales Azevedo

03 - FUNDAMENTO LEGAL

- 3.1 - O objeto aviso de contratação direto tem amparo legal disposto no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

04 - OBJETO

- 4.1 - Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água alocadas no Complexo Hospitalar de Brumadinho, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, maquinários, equipamentos e materiais de consumo necessários, bem como, emissão de relatórios técnico.

Cinthyra Mara Gonçalves Pedrosa
Secretária Municipal de Saúde
SUS Brumadinho/MG



5 - DETALHAMENTO DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Limpeza e desinfecção de caixa d'água. Capacidade do reservatório de água: 70.000 litros.	SV	04	R\$ 1.451,75	R\$ 5.807,00
02	Limpeza e desinfecção de caixa d'água. Capacidade do reservatório de água: 20.000 litros.	SV	02	R\$ 892,50	R\$ 1.785,00
03	Limpeza e desinfecção de caixa d'água. Capacidade do reservatório de água: 1.000 litros.	SV	06	R\$ 364,85	R\$ 2.189,10

Valor Global: R\$ 9.781,10 (nove mil setecentos e oitenta e um reais e dez centavos).

6 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 - O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

7 - INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

7.1 - O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

7.2 - O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do objeto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

7.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

7.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição dos Serviços;

7.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



7.6 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6.1- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência.

7.8 - Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores somente poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la antes do início da sessão. Após o Horário agendado para o início da fase de lances não serão mais aceitas quaisquer mudanças na proposta.

7.9 - No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

7.9.1- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.9.2 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

7.9.3 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.9.4- Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

7.9.5 - Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7.9.6- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.9.7- Que não está enquadrado nas proibições no artigo 37 da lei Orgânica Municipal.

7.10 - Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

7.10.1 - Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

7.10.1.1 - Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

7.10.2 -O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

7.10.3 -O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances



efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

8 - FASE DE LANCES

8.1 - A partir das 08:00 horas da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo agente de contratação para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

8.2 - Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2.1 - Serão abertos para lance todos os itens do certame de uma única vez.

8.3 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

8.4 - O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5 - O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

8.6 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

8.7 - Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

8.8 - Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.9 - Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

8.10 - Em caso de erro de digitação do lance, o próprio fornecedor é o responsável pela exclusão do seu lance do sistema.

8.11 - Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances,

8.12 - Haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

8.13 - O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

9 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

Cinthya Mara Gonçalves Pedrosa
Secretária Municipal de Saúde
SUS Brumadinho/MG



9.1 - Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

9.2 - No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

9.3 - Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

9.4 - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

9.5 - Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

9.6 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

9.7 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

9.8 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.8.1 - Contiver vícios insanáveis;

9.8.2 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

9.8.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.8.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.8.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

9.9 - Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.9.1 - For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.10 - Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



9.11 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.12 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.12.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.13 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da aquisição ou da área especializada no objeto.

9.14 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.15 - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.16 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

9.17 - Após declarado vencedor a licitante terá o prazo de 2 horas para inserção dos documentos de habilitação na plataforma de Dispensa Eletrônica.

9.18 - Caso a licitante deixe de apresentar algum documento solicitado, e este possa ser conferido via internet, o agente de contratação procederá com a consulta nos sites oficiais, certificará o licitante de tal ato e juntará a referida certidão aos autos.

9.19 - Caso a licitante apresente alguma certidão de regularidade fiscal e trabalhista vencida ou positiva, e em se tratando de Microempresa e Empresa de Pequeno porte, será assegurado o prazo revisto na Lei 123/2006 para regularização.

10 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.1.1 - Registro comercial no caso de firma individual;

10.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

10.1.3 - Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

Cynthia Mara Gonçalves Pedrosa
Secretária Municipal de Saúde
SUS Brumadinho/MG



10.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.1.5 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

10.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

10.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

10.2.3 - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

10.2.4 - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do Fornecedor, ou outra equivalente, na forma da Lei;

10.2.5 - Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

10.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

10.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;

10.3.1 - Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de até 3 meses anteriores à data da abertura da sessão;

10.3.2 - Para empresa que se encontra em processo de recuperação judicial, deve ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

11 - CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

11.1 - Deverá a CONTRATADA proceder com a entrega no prazo previsto no termo de referência anexo a este aviso de contratação direta.



11.2 - O Contrato, ou documento equivalente, bem como direito e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente nem ser executado em associação do CONTRATADO com terceiros.

11.3 - O local de prestação dos serviços será aquele indicado no termo de referência, ordem de compra ou documento equivalente.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Aviso de Contratação e seus anexos.

12.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade com as especificações constantes no Aviso de Contratação, Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Contratação e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência.

13.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

13.1.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

13.1.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.5 - Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.6 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

14 - DO PAGAMENTO

Secretaria Municipal de Saúde
Brumadinho/MG



14.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, juntamente com as comprovações de regularidade junto a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.

14.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização da entrega dos objetos e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

14.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos objetos pela fiscalização do Município de Brumadinho e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

14.1.3 - Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Brumadinho informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

14.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Brumadinho.

14.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

14.3 – O Município de Brumadinho poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) - A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Brumadinho

b) - Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.

c) - Débito da CONTRATADA para com o Município de Brumadinho quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

d) - Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

14.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Brumadinho os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IGPM do mês anterior ao do pagamento “pro rata tempore”, ou por outro índice que venha lhe



substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentárias: 02007.003.10.302.0032.2.045.3.3.90.39 Fonte de recurso: 500.000.1002

16 - DAS SANÇÕES

16.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

16.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.3 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.4 - Dar causa à inexecução total do contrato;

16.5 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.7 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.8 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.9 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.10 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

16.11 - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.12 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.12.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.13 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

16.14 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.15 - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) - Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) - Multa de 5% o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 16.1 a 16.12;



Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.2 a 16.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.8 a 16.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

d) - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - Natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

e) - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

f) - A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

g) - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

h) - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.16 -A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.17 - O processamento do Processo administrativo de responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.18 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.



16.19 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - O procedimento será divulgado na plataforma Licitar Digital por meio do Link <https://licitar.digital/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

17.2 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) - Republicar o presente aviso com uma nova data;

b) - Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

17.3 - No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

17.4 - Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

17.5 - As providências dos subitens acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

17.6 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

17.7 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

17.8 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

17.9 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

17.10 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.11 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Cintia Mara Gonçalves Pedrosa
Secretaria Municipal de Saúde
Brumadinho

12



17.12 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação

17.13 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

17.14 - Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

17.15 - As dúvidas poderão ser encaminhadas via e-mail licitacao@brumadinho.mg.gov.br

17.16 - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de contrato

Brumadinho/MG, 29 de janeiro de 2026.

Cinthyra Mara Gonçalves Pedrosa
Secretária Municipal de Saúde
SUS Brumadinho/MG


Cinthyra Mara Gonçalves Pedrosa
Secretária Municipal de Saúde